

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XX
VOLUME 33
(JUL-DEZ)
2020
P. 266-287.

OS GOVERNOS WANDERLEY DANTAS E GERALDO MESQUITA E SUAS ANTINOMIAS

Janaira Fidelis Caetanoⁱ
Mestre em Desenvolvimento Regional pela
Universidade Federal do Acre (UFAC)

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre dois governadores acreanos: Wanderley Dantas e Geraldo Mesquita, que governaram o estado durante o regime militar no Brasil, promovendo as políticas desenvolvimentistas deste modelo de governo no Estado, sobretudo a política de ocupação da Amazônia e de integração via desenvolvimento econômico, inspirada nas ideologias da Geopolítica e Segurança Nacional. Considerando a vinculação dos dois governos com as políticas de desenvolvimento do governo militar e a execução de ações divergentes, o objetivo deste trabalho foi identificar e confrontar as antinomias evidenciadas entre ambos, com destaque para a questão do uso e posse da terra. Foram importantes para a realização deste trabalho a pesquisa bibliográfica em livros e artigos que já trataram da temática, a pesquisa documental, através da qual foi possível ter contato com documentos oficiais de governos, relatórios e jornais da época, e a entrevista de História Oral, que veio a complementar as informações colhidas nas outras pesquisas. A partir das análises elencadas, foi possível compreender que as antinomias entre os governos se evidenciam pela ligação de ambos com as políticas desenvolvimentistas do governo militar que se efetivam através do avanço do capital monopolista no Estado. Evidenciam-se ainda, quando Dantas elege como polo de Desenvolvimento Econômico de seu governo a pecuária e Mesquita, contrapondo-se a ele elege como principal política econômica a Agricultura e o Extrativismo.

Palavras-chave: Governos Dantas e Mesquita, Ditadura Militar, Antinomias entre governos.

ABSTRACT

This article presents the results of the research on two Acre governors: Wanderley Dantas and Geraldo Mesquita, who governed the state during the military regime in Brazil, promoting the developmental policies of this model of government in the State, especially the policy of occupation of the Amazon and integration via economic development, inspired by the ideologies of Geopolitics and National Security. Considering the link of the two governments with the development policies of the military government and the execution of divergent actions, the objective of this work was to identify and confront the antinomies evidenced between both, with emphasis on the issue of land use and possession. The bibliographic research in books and articles that already dealt with the theme, documental research, through which it was possible to have contact with official government documents, reports and newspapers of the time, and the Oral History interview, were important for this work. which came to complement the information collected in other surveys. From the analyzes listed, it was possible to understand that the antinomies between governments are evidenced by the connection of both with the developmental policies of the military government that are effected through the advance of monopoly capital in the State. They are also evident, when Dantas chooses livestock and Mesquita as the economic development pole of his government, in contrast to him he chooses Agriculture and Extraction as the main economic policy.

Keywords: Dantas and Mesquita Governments, Military Dictatorship, Antinomies between Governments.

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo analisar os governos de Francisco Wanderley Dantas (1971-1975) e Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979), numa perspectiva histórica do desenvolvimento regional, buscando compreender as antinomiasⁱⁱ evidenciadas a partir das ações dos dois governos, tendo como eixo norteador as políticas de desenvolvimento implantadas pelo governo militar para a Amazônia e particularmente para o Estado do Acre durante a década de 1970.

O Brasil, nesta década, passa por mudanças que já vinham sendo gestadas na década anterior, provenientes da instalação do regime ditatorial em 1964, que definiu, dentre outros objetivos, promover o crescimento econômico do país, através da modernização da agricultura, fortalecimento da indústria de base, e expansão do capital monopolista. Nesse cenário foram definidas estratégias de ocupação e desenvolvimento para a região amazônica, baseada na ideologia de segurança nacional.

Através da “Operação Amazônia” a proposta do governo militar era “ocupar os espaços vazios” da região, pois a consideravam praticamente desabitada, e com isso promover também, o desenvolvimento econômico através da exploração de seus recursos naturais e a introdução de atividades produtivas como a agropecuária. Ao mesmo tempo essa estratégia iria preservar esse território da “ameaça”

comunista, que se expandia em alguns estados amazônicos e nos países que faziam fronteira.

É nesse cenário que os governos Wanderley Dantas e Geraldo Mesquita vão atuar no Acre, assimilando as políticas do governo militar e desenvolvendo estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico.

Dantas tinha como orientação fundamental de sua gestão a implantação de grandes fazendas de gado, objetivando o abastecimento interno (brasileiro) com carnes e laticínios, como também exportar este produto através do Peru e da Bolívia, inspirando-se no famoso slogan “investir no Acre, produzir no Acre e exportar para o Pacífico”.

Quanto ao governo Mesquita, defendia a reativação do extrativismo da borracha e de outros produtos da floresta, como a castanha, e o fortalecimento da produção agrícola através do incentivo e assistência técnica ao pequeno produtor rural.

Ambos os governos foram nomeados pela ditadura militar, pertenciam ao mesmo partido (ARENA), suas origens eram bem semelhantes, considerando que pertenciam a uma mesma classe social (latifundiários), mas com ideologias diferentes. Durante seus governos, ora apresentaram características semelhantes, ora contraditórias.

Nesse sentido, nosso principal problema foi compreender por que os governos Wanderley Dantas e Geraldo Mesquita, pertencendo a um mesmo projeto desenvolvimentista, ligado a ditadura militar, apresentaram políticas

divergentes. Para isso buscou-se compreender em que contexto político e econômico os dois governos atuaram a partir da compreensão das políticas do governo militar para a Amazônia. Como cada governo assimilou as políticas desenvolvimentistas do governo militar e como as efetivaram. E analisou-se em que situações os governos se assemelham e divergiam, identificando assim as antinomias entre ambos.

AS ANTINOMIAS ENTRE OS GOVERNOS DANTAS E MESQUITA E A PROBLEMÁTICA DA TERRA NO ACRE

Considerando que as principais ações desenvolvidas tanto pelo governo Dantas, como pelo governo Mesquita, se efetivaram no setor produtivo, ou seja, a partir de uma atividade econômica, que estava diretamente condicionada a questão do uso e posse da terra, buscaremos esclarecer como os dois governos compreendiam essa questão e que políticas desenvolveram nesse sentido.

A questão da terra no Acre, mais especificamente o processo de ocupação e regulamentação destas, possuem características próprias que vão se convergir com algumas dificuldades enfrentadas nos governos Dantas e Mesquita.

Nesse sentido torna-se necessário compreender inicialmente como se encontrava a situação fundiária no Acre, quando da atuação dos dois governos, que se fará através de breve análise histórica a respeito do processo de

ocupação, uso e posse de terras desse território onde hoje se localiza o Acre.

O processo de ocupação desse território, por outros povos, além da população nativa, se deu inicialmente por iniciativa econômica. O processo de ocupação das terras acreanas se deu por iniciativa própria de alguns homens que ao saberem da existência de grande quantidade de árvores seringueiras na região resolveram ocupá-la, tendo em vista que, no início do século XIX a borracha passara a ser uma das matérias-primas mais requisitadas nas indústrias mundiais.

Ao se darem conta do potencial econômico da região, brasileiros do nordeste passaram a ocupá-la massivamente, formando-se a estrutura dos seringais. Para isso, o futuro seringalista conseguia fornecimento de mercadorias das casas aviadoras de Manaus ou Belém, recrutava alguns homens para trabalharem na extração do látex, subia os rios Purus e Juruá, até encontrarem um lugar para erguer a sede de seu seringal, ou seja, apossavam-se das terras, para efetivarem a exploração, tendo em vista que esse território pertencia a Bolívia (CALIXTO & OUTROS, 1985)

Nesse processo de ocupação e formação dos seringais na região acreana, vai se estabelecer o sistema de propriedade particular da terra, *sendo o seringalista (o patrão) o seu proprietário exclusivo e absoluto, mesmo que fosse apenas de fato, já que não havia na região presença jurídico-administrativa nem da Bolívia, nem do Brasil* (CALIXTO & OUTROS, 1985).

Quanto a extensão territorial de um seringal, e o valor econômico do mesmo, não havia uma medida estabelecida para tal, o que vigorava era a quantidade de árvores seringueiras existentes, mas especificamente a quantidade de estradas de seringas que o seringalista havia aberto. Não havia uma preocupação quanto a legalização dessas terras, tratava-se sumariamente de tomar posse e começar a exploração do látex (CAVALCANTI, 1983)

Em meio as disputas territoriais entre o Brasil e a Bolívia pelas terras acreanas, acontecia também um processo de legalização fundiária das propriedades existentes no território, o que acabou gerando um outro problema, uma vez que, inicialmente o Estado do Amazonas, depois a Bolívia e mais tarde o então criado Estado Independente do Acre, haviam emitido títulos de propriedade, sem que ao menos estivesse definida a posse legal de todo o território.

[...] o Acre tem em sua história várias administrações. Foi administrado inicialmente pelo estado do Amazonas, que tinha jurisdição sobre as terras acreanas. Depois essa jurisdição foi transferida à Bolívia através de um Protocolo assinado em 1898, reconhecendo como bolivianas as terras que hoje formam o Estado do Acre. Com a assinatura desse Protocolo, o Amazonas entregou toda a documentação à Bolívia, que por sua vez ratificou-a. Quando Plácido de Castro criou o Estado Independente do Acre exigiu dos proprietários os títulos expedidos pelo Amazonas e pela Bolívia para ratificá-los, além de documentar e transferir terras do domínio público para o privado, mesmo o Estado não tendo sido juridicamente reconhecido. Quando tudo estava normalizando-se foi criado o Território do Acre. Plácido de Castro então devolveu os títulos e orientou os proprietários a se dirigirem ao Ministério da Justiça (CAVALCANTI, 1983, p. 27-28).

Além da existência de títulos de terras expedidos por diferentes unidades administrativas, que não possuíam valor jurídico sobre as terras acreanas, uma vez que estas estavam em litígio, havia outros problemas com relação a regularização fundiária destas terras, como é caso, por exemplo, dos limites territoriais definidos em alguns dos títulos emitidos, que não condiziam com o tamanho real de determinada propriedade, geralmente as propriedades eram bem maiores do que havia sido registrado, uma vez que a extensão territorial do seringal era medida em estradas de seringas, e sempre estavam se expandindo, de acordo com a necessidade de aumentar a produção.

Com a anexação do Acre ao Brasil, em 1903, e a assinatura do Tratado de Petrópolis, as autoridades brasileiras assumiram o compromisso de reconhecer os direitos adquiridos com a titulação das propriedades pelas três unidades administrativas por qual passou o Acre, através da aprovação e revalidação dos títulos emitidos.

Em 05 de Janeiro de 1912, foi sancionada a lei nº. 2.543, destinada a facilitar e desenvolver a cultura seringueira, dispunha dentre outras medidas, sobre a legalização das terras do Acre:

Art. 10. O Governo mandará proceder á discriminação e consequente reconhecimento das posses das terras do Territorio Federal do Acre, para a expedição dos respectivos titulos de propriedade.

§ 1º Na verificação deverão ser attendidos, tanto quanto possível:

a) os titulos expedidos pelos governos do Estado do Amazonas, da Bolivia e do ex-Estado Independente do Acre antes do

tratado de Petropolis;
b) as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria ou havidas do primeiro occupante, que se acharem em effectiva exploração ou com principios della e morada habitual do posseiro ou de quem o represente. (Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/1/1912, Página 285)

Através desta lei ficou definido então que seriam reconhecidos os títulos emitidos pelo Amazonas, Bolívia e o Estado Independente do Acre, e as posses de terras onde o ocupante comprovasse a efetiva ocupação e exploração. Mas, na prática não foi isso que aconteceu, não prontamente. Apesar do reconhecimento dos direitos adquiridos, o Brasil não se esforçou em regularizar os títulos emitidos pela Bolívia, pelo Estado do Amazonas e pelo Estado Independente do Acre, nem em regularizar a situação das terras não tituladas. Tal situação, deu origem a uma prática que se tornou muito comum na formação da propriedade da terra no Acre, que era o registro em cartório, apenas (SILVA, 1982).

Dentre os entraves para que a Lei se efetivasse, estava a falta de uma representação governamental oficial e eficiente que pudesse reger esse processo, e a ausência de técnicos gabaritados que pudessem executar a regularização destas terras. Essas questões, aliadas aos problemas de regulamentação da terra, originários do próprio modo de ocupação desse território, fizeram com que a regulamentação das terras acreanas, mais uma vez, não se efetivasse (NASCIMENTO, 1995).

Com a elevação do Acre a Estado, em 1962, surge outro problema relacionado a

regularização de suas terras. Em virtude do Decreto Lei nº 9.760 sancionado em setembro de 1946, que dispunha sobre os bens imóveis da União, e dentre outras situações, definiam como terras devolutas as localizadas a 150 km ao longo das fronteiras do território nacional com outros países, incluindo-se ainda as terras localizada a cada 100 quilômetros de cada lado das rodovias. Como as terras do Acre, em quase toda sua extensão se limitavam com o a Bolívia e o Peru, logo eram abrangidas por fronteiras, o novo Estado constituído, praticamente não possuiria território (CAVALCANTI, 1983).

Diante desses impasses, a regularização das terras do Acre se tornava cada vez mais complexa, mesmo o Incra tendo assumido esse processo. Somente em 1976, surge uma nova possibilidade de regularização dessas terras, compreendidas a partir da Lei 6.383 que dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União.

Esta lei, de 7 de dezembro de 1976, dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União e dá outras providências. Em suma, trata de regular o processo administrativo e, o que é mais importante, institui o rito sumário para a regularização de terras através do processo administrativo que é instaurado por comissões especiais constituídas de três membros. O processo engloba quatro atividades: eleição da área, caracterização fundiária, inicial consiste num memorial descritivo da área, no qual deve constar, entre outros, o perímetro com suas características e rol das ocupações conhecidas. Depois o presidente da Comissão Especial convocará todos os interessados no prazo de 60 (sessenta) dias e em local a ser fixado, sendo que o edital deve ter a maior divulgação possível. Uma vez processada a documentação e feita vistoria depois de 30 dias, após o prazo do edital, o presidente deverá se pronunciar

sobre as alegações, títulos de domínios, etc., mandando lavrar os respectivos termos (CAVALCANTI, 1983, p. 45-46).

De certa forma a Lei 6.383 facilitou o processo de regularização de terras no Acre, implementado pelo Incra, mas o que prevaleceu foi a regularização de terras adquiridas pelo processo de compra e venda, em detrimento da legitimação de posses, logo favorecendo os grandes proprietários de terra e dificultando o acesso dos trabalhadores rurais/posseiros.

Nesse sentido, Silva (1982), traz uma reflexão importante a respeito da problemática da terra no Acre:

A estrutura fundiária acreana é, pois, um reflexo da forma como foi, originariamente, ocupada a região, isto é, em função da extração da borracha nativa. É produto da forma de organização da empresa extrativista que se, por um lado, assegurava ao padrão seringalista a detenção de imensas áreas, por outro, excluía o seringueiro do acesso à terra (SILVA, p. 32, 1982)

O processo de regulamentação das terras acreanas, é rodeado de problemas, que se constituíram no decorrer dos vários processos de ocupação vivenciados no Acre. Estas ocupações se deram, na sua maioria, por interesse econômico, o que vai acontecer novamente na década de 1970, com o avanço da fronteira capitalista, representada nos primeiros anos desta década pela introdução da pecuária.

Esta situação será refletida diretamente na definição das políticas dos governos Dantas e Mesquita, no que se refere, sobretudo, ao modelo de desenvolvimento econômico implantado por cada um.

Foi nesse âmbito, ligado a questão produtiva do estado que os dois governos mais se distanciaram. Dantas elegeu como principal atividade econômico-produtiva, a pecuária de corte, já Mesquita utilizando-se inclusive de um discurso contrário às medidas tomadas por Dantas, elegeu como principal atividade econômica a Agricultura.

Baseando-se nas políticas de desenvolvimento dos militares para a Amazônia, que definiam a ocupação dos espaços vazios e o desenvolvimento econômico, visando interligar esta região aos demais estados brasileiros como polo econômico e manter a segurança nacional do país, o que se daria através da colonização, abertura de estradas e o desenvolvimento de atividades econômicas como a agricultura, mineração, pecuária, dentre outras. Dantas elege como polo de desenvolvimento de seu governo a agropecuária, para isso irá criar toda uma estrutura, definidas no Projeto Oeste para transformar o estado do Acre em um grande produtor de carne bovina.

Através das ações definidas no Projeto Oeste, ao assumir o governo, Dantas dá início a uma série de medidas no intuito de alcançar seu principal objetivo de promover o desenvolvimento do Estado através da introdução da pecuária, retirando-o da crise econômica que o assolava, com a pretensão de transformar o Estado no “Novo Acre”.

A ideia do “novo” Acre almejado pelo governo foi se concretizando na “bovinização”, isto é, no setor pecuário. Este setor estava enfraquecido, como não era

diferente com os outros setores do Estado, portanto, se priorizou fortes investimentos e melhorias para a expansão do rebanho bovino acreano, principalmente a partir de uma pecuária extensiva, pelo fato das terras nesta região terem sido adquiridas por preços irrisórios (DANTAS, 2008, p. 60)

Dentre as principais ações destinadas a implantação da pecuária, destacam-se os incentivos fiscais, as campanhas publicitárias de atração de investidores, e a estruturação do Estado através da urbanização da cidade, melhorias no sistema de transporte e comunicação, com a construção e pavimentação de estradas que interligariam os municípios e estados vizinhos, a inserção de outros meios de transporte, como o aéreo e a instalação do serviço de telecomunicação via Embratel que possibilitou a interligação do Estado com outras regiões do país e do mundo.

Nesse sentido, Dantas implementará forte campanha publicitária de atração de investidores para a região acreana, divulgando aos empresários do centro-sul as vantagens de investir no Acre. Utilizando-se dos slogans: *Acre a nova Canaã; Um Nordeste sem seca, um Sul sem geadas; Invista no Acre e exporte pelo pacífico*. O governo Dantas implementará campanha na TV, nas rádios e em cartazes espalhados em hotéis, rodoviárias, aeroportos e demais lugares de grande circulação de pessoas (SANT'ANA, 1988).

Outra forma de atrair investidores foi através da concessão de incentivos fiscais, créditos e financiamento, proporcionados tanto pelo governo estadual, como pelo federal, que

atuou também auxiliando o Estado na criação da infraestrutura necessária para desenvolver esse novo empreendimento econômico através da liberação de verbas e dos planos nacionais de desenvolvimento.

Com essas facilidades e com as campanhas publicitárias, começam a vir para o Acre, grandes, médios e pequenos empresários do centro-sul, que passam a comprar as terras acreanas, na sua maioria, seringais falidos e abandonados por seus donos, mas, ocupados pelos seringueiros que, com a crise da borracha, passaram a viver da agricultura de subsistência e da criação de pequenos rebanhos nas terras abandonadas pelos seus antigos patrões.

Mas, aliado a isso, outro fator que possibilitou a introdução da pecuária, foi a situação de crise em que se encontrava o Estado, com a falência dos seringais e, conseqüentemente, do extrativismo da borracha, o que ocasionou certa desvalorização das terras acreanas, atraindo cada vez mais investidores, que passaram a comprar as terras acreanas por preços irrisórios.

Além das propagandas e incentivos fiscais, o interesse pelas terras acreanas se dava por vários outros fatores que são mais bem explicitados por Silva (1982). Segundo este autor, a corrida pelas terras do Acre se intensificou devido aos seguintes fatores: *o baixo preço relativo da terra*, que caiu muito significativamente com a falência do extrativismo da borracha, que era a principal fonte de valorização das terras acreanas; a

política de “abertura” ao grande capital adotado pelo governo local, realizada através de forte campanha propagandista promovida pelo governo Wanderley Dantas, onde se divulgava as vantagens de se investir no Acre, atraindo compradores de todo o país; e a *especulação fundiária*, que mobilizou muitos empresários a comprarem terras no Acre com o intuito de esperar sua valorização e revendê-la com ganhos extraordinários (SILVA, 1982). Juntamente com os empresários sulistas, aparece também a figura do *grileiro*, que falseava documentos para comprovar que determinada terra lhe pertencia, para depois revendê-la.

A especulação fundiária no Acre assumiu as mais variadas facetas. Da simples compra de terras mantida como reserva de valor, à espera de valorização que a inflação alimenta, passando pela aquisição de grandes áreas posteriormente retalhadas e revendidas com lucros astronômicos, pela falsificação de documentos de propriedade, pelo desvio de recursos obtidos através de programas especiais, onde a terra é dada em garantia [...] (SILVA, 1982, p. 46)

Para que essas terras fossem vendidas era necessário a existência de uma documentação mínima sobre a propriedade, o que resultou na grilagem de terras, falsificação de títulos, contratos de compra e venda e outros documentos que pudessem comprovar o direito de propriedade, registros irregulares, estiramento de algumas áreas com a incorporação de áreas vizinhas.

Além dos conflitos pela posse da terra, que gerou um verdadeiro caos no Estado do Acre, a implementação da pecuária na região

trouxo várias outras consequências, que se sobrepuseram ao principal objetivo do governo Dantas, que era promover o desenvolvimento econômico do Estado. A compra das terras acreanas por empresários do Centro-Sul não significou que estes investissem na região, sobretudo na introdução da pecuária, na sua maioria o que ocorreu apenas foi a especulação fundiária, permanecendo a terra improdutiva.

A introdução da pecuária no Acre, dará início a um novo processo de ocupação dessa região, inaugurando-se também uma nova perspectiva em relação ao uso e posse da terra. Até então a principal atividade econômica do Acre era o extrativismo da borracha, quando este entra em crise a economia acreana passa a se sustentar pelo extrativismo de outros produtos da floresta. Nesse período, por característica da própria atividade econômica, o valor da terra era calculado a partir de sua capacidade produtiva, ou seja, de acordo com a quantidade de seringueiras existentes. Com a introdução da pecuária a terra passa a ser valorizada a partir de sua extensão territorial, localização etc.

Ao mesmo tempo em que as terras acreanas estavam sendo compradas por empresários do centro-sul, implicando na desapropriação de antigos seringais e expulsão de posseiros, ocorria nas regiões centro-oeste e sul do Brasil, o processo de modernização da agricultura, impulsionado pela entrada de capital estrangeiro no país, que possibilitou a introdução de maquinário, insumos e defensivos, proporcionando o uso de novas técnicas nas

lavouras, causando aos poucos a desativação das pequenas propriedades de lavouras de subsistência, de base familiar, em detrimento da grande propriedade de caráter comercial, resultando na desapropriação de milhares de trabalhadores rurais, que acabam se deslocando para a Amazônia/Acre (SOUZA, 2011).

Além da expropriação de posseiros que viviam nos antigos seringais acreanos, causando o êxodo rural desta população que se desloca sobretudo para a cidade de Rio Branco, dando início ao processo de formação da periferia através da ocupação desordenada. Parte dessas famílias que tinham sido expropriadas nas regiões centro-oeste e sul do Brasil, acabam se deslocando também para o Acre, passando a ocupar alguns projetos de assentamento que deveriam ser ocupados pelos posseiros. Tal situação, marca um novo processo de ocupação das terras acreanas.

Nesse sentido o processo de introdução da pecuária no Acre, desencadeou e agravou vários problemas de ordem social, com destaque para os conflitos pela posse da terra, gerados por ocasião da venda das terras onde se localizavam os antigos seringais que estavam sendo ocupados pelos seringueiros, agora na condição de posseiros.

Outra consequência da venda das terras acreanas aos *paulistas* foi a expulsão de um grande número de famílias de seringueiros que dependem da floresta para sua subsistência. Com a progressiva desarticulação dos seringais, devido à falta de apoio ao extrativismo, grande parte da população dos seringais começou a procurar os centros urbanos, principalmente Rio

Branco. O seringueiro, perdendo o aviamento do patrão seringalista, que por sua vez havia perdido o financiamento do BASA, muitas vezes ficava sem condições de continuar produzindo borracha. Por isso, muitos seringueiros, condicionados pelo sistema de aviamento, quando não achavam outro patrão para lhes aviar, iam para a cidade em busca de um emprego para sobreviver. Alguns permaneceram na terra, em condição de subsistência. Outros continuaram produzindo, mas agora sob a exploração dos marreteiros, que são os comerciantes ambulantes que compram a borracha do seringueiro e lhe vendem outras mercadorias.

Esta população que permaneceu nos seringais, agora na condição de posseiros, passou a ser indesejável aos proprietários que pretendiam vender suas terras aos novos donos da terra, que não tinham interesse pelo extrativismo [...] (DUARTE, 1987, p. 63)

A expulsão de famílias das terras que ocupavam foram um dos maiores problemas desencadeados pela introdução da pecuária no Acre, considerando-se que a partir deste, vários outros surgiram ou se intensificaram: o êxodo rural forçado (expulsão), conflitos pela posse da terra, ocupação desordenada das cidades, desemprego, violência, prostituição, entre outros.

274

MIL FAMÍLIAS SEM TERRA EM RIO BRANCO – A história dos problemas de terras no Acre começa com o fato já absurdo de ninguém possuir título definitivo. No momento em que numerosas vendas de terras estão sendo efetuadas aos compradores do Sul, pode-se perfeitamente imaginar as injustiças e irregularidades que vem acontecendo, num flagrante desrespeito a Lei 4.504 do Estatuto da Terra que protege as numerosas famílias de posseiros, que moram há anos nestas terras. As injustiças se sucedem uma detrás da outra. Umhas 1.000 famílias, somente em Rio Branco, já solicitaram terras para trabalhar, porém fora de algumas promessas, nada se conseguiu por parte do INCRA ...Os incidentes então mais diversos vêm se multiplicando por todo o Estado. No seringal União, localizado à beira do Riozinho, de “propriedade” do Sr. José Tavares aconteceram fatos mesmo provocantes que foram desde as simples

arbitrariedades e violências até o “sumiço”, homens pobres que foram mortos e dados por “desaparecidos”(NÓS IRMÃOS, abril de 1974, ano II, nº 4, p. 5-6)

Esse foi o ambiente de profundas injustiças que se instalou no Acre com a venda de terras para empresários sulistas durante o governo Dantas. As ameaças, expulsões e até assassinato de muitos posseiros, passaram a ser constantes. Nos casos citados, mesmo possuindo o direito à terra garantido por lei, centenas de famílias estavam ameaçadas de expulsão. Outras famílias que já tinham saído de seringais vendidos pleiteavam um pedaço de terra junto ao Incra para recomeçar suas vidas, e não obtinham resposta alguma. Havia um verdadeiro descaso, por parte do poder público, para resolver os problemas de regularização fundiária. O poder público não estava interessado em garantir os direitos da população humilde e atender suas necessidades básicas.

A compra das terras acreanas, vai desencadear vários conflitos entre os empresários compradores e os posseiros que haviam passado a ocupar as terras que tinham sido abandonadas pelos antigos proprietários de seringais. Ao comprarem as terras acreanas, na sua maioria, ocupadas pelos seringueiros e agora também posseiros, os empresários tinham que limpar a área para que pudesse iniciar a atividade econômica, o que significava desmatar, queimar e expulsar o seringueiro que ali vivia. Com isso começam a surgir os conflitos pela posse da terra.

Para expulsar os seringueiros que ocupavam as terras adquiridas, os empresários do centro-sul utilizavam-se dos mais variados métodos, como destaca Silva (1982):

No afã de desimpedir suas terras da incômoda presença de seringueiros, os compradores não hesitaram em utilizar os mais variados expedientes para expulsá-los das terras. Os métodos mais utilizados foram a indenização, normalmente irrisória, obstrução de estradas e varadouros, proibição de plantar, não fornecimento de mercadorias e até ameaças [...] mais recentemente, o método utilizado está sendo o desmatamento até bem próximo da casa do posseiro, deixando-o sem espaço para plantar (SILVA, 1982, p. 52).

Com todas essas tentativas de expulsão, num primeiro momento o seringueiro acabava não resistindo e saindo da terra, e como primeira alternativa migra para a cidade em busca de um local para morar e de emprego para manter sua família. Esse processo vai se intensificando cada vez mais ao passar dos anos.

Ao chegarem à cidade começam a construir seus barracos à margem dos rios ou em terrenos baldios, formando a periferia de Rio Branco. E como eram pessoas, na sua maioria, analfabetas, que não tinham profissão, também não conseguia trabalho facilmente, o que acaba gerando uma série de outros problemas, como a criminalidade e a prostituição (ROCHA, 2006).

Mas, além de virem para a cidade, restava aos seringueiros outras alternativas, destacadas por Calixto e outros:

Muitos seringueiros e colonos fugiram para seringais da Bolívia, outros vieram para os núcleos urbanos. E os que permaneceram no seringal tiveram que se submeter a uma

atividade que lhes era totalmente estranha; cuidar de boi, em troca de um subsalário, moradia e comida, transformando-se assim, num verdadeiro peão (CALIXTO E OUTROS, 1985, p. 208).

Como podemos notar, o seringueiro teria que se submeter a trabalhar para os latifundiários por salários irrisórios o que nem sempre existia; ou ir para a cidade em busca de melhores condições de vida, que também não existiam; ou passavam a invadir os seringais da fronteira boliviana, que também foi uma prática muito intensa.

Ao tempo em que esse processo de expulsão se intensifica, a resistência dos seringueiros também aumenta e, conseqüentemente, aumentando os conflitos entre posseiros e fazendeiros. A partir de então começam a surgir os apoiadores da luta dos seringueiros pela terra, que vão ajudando-os a se organizarem para lutar pelos seus direitos, como a Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a CONTAG, uma imprensa alternativa representada pelo Boletim Nós Irmãos e mais tarde pelo jornal O Varadouro, o movimento artístico-cultural através dos grupos de teatro, música, cinema, artistas plásticos etc.

A Igreja Católica foi uma das principais instituições a se colocar na condição de apoiadora da luta dos seringueiros a partir do trabalho desenvolvido dentro dos grupos de evangelização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), buscando conscientizar os seringueiros sobre os seus direitos. Foi assim que a Igreja desenvolveu o “Catecismo da Terra” –

uma espécie de cartilha que orientava os seringueiros sobre os seus direitos legais. Segundo COSTA SOBRINHO (2001), o catecismo da terra foi uma das primeiras reações pública da Igreja diante da situação conflitante em que se encontrava o Estado, através desse documento a igreja objetivava orientar os trabalhadores rurais diante das ameaças de expulsão dos “novos proprietários de terra”.

O Catecismo da Terra, era uma ferramenta de informação, conscientização dos trabalhadores rurais sobre seus direitos, algo bem didático que podia ser compreendido por eles e que os orientava como agir em situações de conflito devido a venda das terras que estes ocupavam. Esse documento foi amplamente divulgado através das Comunidades Eclesiais de Base, nas várias localidades do estado, sobretudo às com riscos eminentes de conflitos.

Além da divulgação do Catecismo da Terra, a Igreja atuou junto aos seringueiros nas articulações para a criação dos sindicatos rurais. Atuou também denunciando as ações arbitrárias dos fazendeiros através do Boletim Nós Irmãos, de programas de rádio, e com a criação de movimentos e pastorais dentro da Igreja para subsidiar a luta dos seringueiros. Por essas e outras atitudes a Igreja foi bastante criticada, principalmente por quem era a favor da expropriação dos seringueiros ou via nesse processo de venda de terras e na introdução da pecuária uma alternativa de desenvolvimento do Estado, como era o caso do próprio governo

Dantas. A Igreja foi acusada, inclusive, de incentivar os conflitos.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) foi outro órgão que contribuiu para a luta dos seringueiros pela posse da terra. Ela orientava que os seringueiros deveriam continuar na terra, não aceitar indenizações, e em caso de ameaças, procurarem o sindicato e denunciar, mas nunca abandonar a terra. Pois se entendia que ao abandonar a terra o seringueiro perderia seu direito de reivindicá-la (SILVA, 1982).

Então com o apoio da Igreja e da CONTAG os seringueiros passam a organizar seus sindicatos, com a participação de ocupantes das várias colocações que se reuniam para discutirem e organizarem suas estratégias de resistência diante das tentativas de expulsão pelos fazendeiros.

Em torno dessa luta foram criados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, em 1975, em Sena Madureira e em Brasília, reunindo, no ato de criação, centenas de trabalhadores rurais, a maioria constituída de seringueiros. A partir dessas organizações, surgiria uma das mais expressivas formas de enfrentamento à devassa e derrubada da floresta para implantação das pastagens: os empates, ato de empatar ou impedir a derrubada e a expropriação, criado a partir das experiências dos adjuntos, mutirão em que as famílias se ajuntavam para formarem coletivas e ousadas possibilidades de sobrevivência. Nesse caso, o enfrentamento a uma ordem devastadora de suas culturas (SOUZA, 2011, p. 64).

Com a organização dos sindicatos, o movimento social dos seringueiros de luta pela terra ganha força, torna-se cada vez mais frequente a resistência e a união dos seringueiros

que se mobilizavam para enfrentar os fazendeiros e seus jagunços. Com o apoio de diversas instituições, com a união dos seringueiros, com os sindicatos e com as várias conquistas, os conflitos se perduraram por vários anos, e continuam atualmente, de forma diferenciada e com outras bandeiras de luta, agora muito mais em defesa da floresta.

Apesar dos esforços do governo Dantas para transformar o Acre em um estado bem-sucedido economicamente, e ao mesmo tempo atender os interesses do governo federal de ocupar e desenvolver a Amazônia para manter a segurança nacional, no caso do Acre, o que predominou foi a *especulação fundiária* e o agravamento de outros problemas fundiários já enfrentados pelo Estado, além da expropriação de trabalhadores rurais, conflitos pela posse da terra e etc.

A situação se tornava caótica. Ao mesmo tempo em que o governo Dantas almejava desenvolver o Estado economicamente, fez desencadear todos esses problemas e é nesse quadro político e social que as contradições entre os dois governos vão se acirrar, considerando que o governo Mesquita irá tentar reverter a situação conflituosa desencadeada pelas políticas do governo Dantas.

Ao assumir o governo, em 1975, Geraldo Mesquita encontrava o Estado em uma situação difícil, ocasionada sobretudo pelos conflitos sociais pela posse da terra e as consequências deste processo. Como já referido anteriormente, no início da década de 70, as terras acreanas

começaram a ser vendidas a empresários do Centro-Sul do país, para que estes investissem no Estado, sobretudo a partir da introdução da pecuária. Mas tal perspectiva acabou gerando algumas consequências desfavoráveis ao Estado, principalmente à população que vivia na zona rural. Dentre as consequências desse processo, destacam-se: expulsão dos seringueiros e o êxodo rural, especulação fundiária, conflitos pela posse da terra, formação das periferias e com elas problemas sociais como a prostituição, uso de drogas e roubo, roubos, crimes, diminuição da produção agrícola etc.

Estes conflitos pela posse da terra, um dos mais graves problemas desencadeados por esse processo de expropriação, iniciados ainda no governo Dantas, continuaram no governo Mesquita e até mesmo se intensificaram. Os trabalhadores rurais se organizaram em sindicatos, começaram a resistir cada vez mais às expulsões e ameaças e buscar seus direitos, o próprio governo tomou algumas atitudes para amenizar os conflitos, mas estes persistiam.

Em meio a esse processo de tensões sociais desencadeados pela introdução da pecuária e pelos problemas de uso e posse da terra, é que Geraldo Mesquita assume o governo, e tenta reverter tal situação, contrapondo-se nesse sentido ao governo Dantas.

A partir de 1975, com o Governo Mesquita, ocorre uma inversão na postura estadual em relação a essa nova política de ocupação das terras acreanas. Não fazia parte de seu plano de ação “o total apoio e incentivo” aos empresários que aqui já estavam estabelecidos, como também não realizou nenhuma campanha publicitária das terras

acreanas, como fez seu antecessor, Governador Dantas. Pelo contrário, sua preocupação estava voltada para o retorno do homem ao campo (seringal), na tentativa de buscar condições para a reativação do extrativismo e da formação de pequenos agricultores como forma de amenizar o êxodo rural. Ao lado dessa nova postura política estadual, alia-se o novo posicionamento do INCRA, que passa a contestar os documentos baseados na simples escritura pública. Além disso, em 1976-1977, os empresários sofrem um bloqueio de créditos e incentivos fiscais, dados pela SUDAM, PROBOR, PROTERRA, etc., em função da não legitimidade dos documentos de propriedade (CALIXTO & OUTROS, 1985, p. 206).

Uma das primeiras ações do governo foi suspender os incentivos aos empresários já instalados no Estado e proibir as campanhas publicitárias de atração de novos compradores para as terras acreanas. Aliado a isso, deu-se início a todo um processo de tentativa de reativação do extrativismo e incentivo à produção agrícola.

Outra atitude tomada pelo governo nesse sentido foi determinar que a polícia não interferisse nos conflitos, buscou apoio junto ao governo federal e os órgãos responsáveis pela questão fundiária, como o INCRA e procurou estabelecer negociações com os empresários para evitar a interferência da polícia, o que poderia agravar ainda mais os conflitos. (RIBEIRO & OUTROS, 1993).

Mas, as principais ações no sentido de amenizar os conflitos e desenvolver um novo modelo de desenvolvimento para o Estado, foi a tentativa de reativação do extrativismo e fortalecimento da agricultura.

Para reativar o extrativismo no Estado, o governo buscou auxílio junto a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), órgão federal responsável pelo acompanhamento das atividades ligadas a produção da Borracha no país, a SUDAM, ao BASA, através dos quais conseguiu financiamento para incentivar a produção extrativa da borracha, com a implantação e desenvolvimento do Programa de Incentivo à Produção da Borracha Natural (PROBOR II), plantio de árvores seringueiras, recuperação de antigos seringais, estabelecimento de assistência médica e educacional nos seringais.

De acordo com relatório da Secretaria de Fomento Econômico, através do PROBOR foram contratados 33 projetos destinados a instalação de seringais de cultivo, para se efetivarem até 1979, tendo como meta plantar 7.000 hectares de seringueiras, somando-se um investimento de 180.000.000, 00 cruzeiros. Aliado a isso deu-se início também ao processo de recuperação de vários seringais nativos, que resultou no aumento da produção em pouco tempo.

Em 1975 a produção de borracha do Acre foi de 6.225 toneladas, peso seco, em 1976, a produção evoluiu para 6.881, havendo um incremento 656 toneladas. No país como um todo o incremento de produção foi de 950 toneladas o que significa que posteriormente o Acre foi responsável por 70% do incremento na produção nacional.

Isto se deu em virtude da atuação do PROBOR na área de seringal nativo que possibilitou a recuperação de 4.750 colocações em todo o Estado, o que evitou o declínio da produção e proporcionou um incremento em 1976, de 656 toneladas. Em

1977 espera-se um aumento muito maior (ESTADO DO ACRE, 1975)

Já nos primeiros anos de implantação do PROBOR II, são observados resultados positivos do programa. Para que o projeto de reativação da produção extrativa da borracha continuasse sendo efetivado e com resultados positivos, principalmente no que refere a manutenção do homem no seringal, desenvolveu-se ações ligadas a assistência de saúde e educação para as pessoas que viviam nos seringais, através da criação e manutenção de postos de saúde e de escolas, como se pode observar em telex enviado pela SUDHEVEA ao governador Geraldo Mesquita, em 1978.

Telex Nr 310/78 14.04.78

Para: Dr. Geraldo Mesquita
MD. Governador do Acre
Rio Branco – AC

279

Tenho a honra de dirigir-me a vossa excelência para informar que o Conselho Nacional da Borracha, em sua 14CA. Sessão ordinária, realizada em 13 do corrente, por unanimidade [unanimidade], proposição desta superintendência no sentido de ser implantado, ainda este ano, um projeto que visa a execução de ações básicas de saúde nas áreas de produção de borracha natural desse Estado. Envolvendo recursos de cerca de CR\$ 12 milhões, dos quais a SUDHEVEA [a SUDHEVEA] participa com CR\$ 11,5 milhões, vem assim, mais uma vez, o governo federal apoiar a profícua administração de vossa excelência, no sentido de restaurar no Acre a atividade gúmifera. Respeitosamente. Jose Cezario Menezes de Barros. Superintendente da Borracha. (Telegrama da SUDHEVEA para governador Geraldo Mesquita, 14.04.1978)

A assistência à saúde e demais serviços toraram-se importantes para a permanência das famílias nos seringais e a manutenção de uma mínima produtividade. Mas, apesar dos

benefícios, prevaleceu também o desvio de financiamento, considerando que qualquer proprietário de terra tinha a possibilidade de acesso a esses financiamentos, que passaram a ser utilizado em outras atividades e não ao fortalecimento da produção de borracha, além de outras questões que dificultavam a produção, como é o caso das pragas que atacavam a seringueira, e que ainda não tinham sido superadas.

Ainda na tentativa de incentivar a produção da borracha o governo Mesquita desenvolverá outro programa com características semelhantes ao do governo federal, que foi chamado de Proborzinho, cujo objetivo era dar subsídios para que os pequenos agricultores pudessem fazer o plantio de seringueiras, formando pequenos seringais de cultivo. Este programa surtiu mais efeito que os grandes projetos desenvolvidos com financiamentos do PROBOR, considerando que o investimento era menor, mas ações foram executadas (RÊGO, 2015).

A parceria do governo do Estado com a SUDHEVEA e o BASA, possibilitou outras melhorias nos seringais e para as pessoas que lá viviam, como é o caso do convênio realizado com a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), através do qual se desenvolveu o projeto de abastecimento de alimentos nos seringais do Estado. Esta e as demais ações destinadas a reativar a economia extrativa da borracha no Acre, logo no início surtiram efeitos positivos, mas não perduraram por muito tempo

Outra tentativa de reverter a situação conflituosa que se encontrava o Estado do Acre, em meados da década de 70, foi o incentivo à produção agrícola, considerado umas das principais realizações do governo Mesquita, o grande marco de seu governo.

Nesse sentido, vão ser elaborados vários projetos, criados e instituídos vários órgãos de assistência e fomento como COLONACRE, CAGEACRE, EMATER-AC, CILA, CODISACRE e COBAL, acompanhados pela secretaria de fomento econômico, que teve papel fundamental nesse processo. Dentre as ações desenvolvidas destacam-se o incentivo à produção agrícola através da pequena propriedade, apoio a colonização e serviços de assistência técnica.

280

Para que fossem colocados em prática os objetivos de cada uma dessas instituições foram criados os Núcleos de Apoio Rural Integrado (NARI'S), montados em vários polos agrícolas espalhados pelo Estado, e seu objetivo era justamente montar uma estrutura para garantir a propriedade da terra aos posseiros, que haviam sido expulsos de antigos seringais desativados, e o incentivo à produção e permanência do homem na zona rural (RIBEIRO & OUTROS, 1993; COSTA, 1993)

Os NARI'S eram estruturas construídas em áreas intermediárias entre o seringal e a cidade. Eram localizados na zona rural, mas não tão distantes da zona urbana, geralmente em regiões de confluências de várias colônias que foram sendo formadas de modo espontâneo ou

organizadas pelo Estado, ocupadas por seringueiros e posseiros que haviam sido expropriados dos antigos seringais. Nessas localidades eram construídas uma infraestrutura que permitisse o bom desempenho da produção agrícola e serviços de assistência social, que garantissem a permanência dos trabalhadores rurais.

Os NARI'S abrangiam todos os órgãos e serviços de incentivo e promoção a atividade agrícola no Estado, desde os serviços de assistência técnica, beneficiamento de produtos, ferramentas e insumos para produção, até serviços básicos de assistência à saúde e educação. Alguns serviços e órgãos que não se fixaram nesses locais, prestavam assistência sempre que necessário, como é o caso do BANACRE, da LBA e outros. Na cidade de Rio Branco foram criados seis núcleos, Aquiles Peret, Jarbas Passarinho, Barro Vermelho, Calafate, Panorama, Juarez Távora, além de outros nos municípios do Estado.

A estrutura de um NARI era composta pelas seguintes espaços e serviços: por um armazém, de responsabilidade da CAGEACRE; por maquinários (2 tratores de pneu, 1 trator de esteira, arado, caminhão, etc.), disponibilizados pela secretária de Fomento Econômico; assistência técnica e extensão rural, realizada pela EMATER, funcionamento de uma Escola, de responsabilidade da Secretaria de Educação; um posto médico com vacinação e posto da Sucam, a cargo da secretaria de saúde, realização de treinamentos para os produtores rurais e suas

famílias, a cargo da LBA; a venda de insumos e pequenos instrumentos a agricultores, realizados pela COLONACRE e a organização dos produtores rurais através de um conselho formado por suas principais lideranças (COSTA, 1993).

Com essa infraestrutura montada buscava-se alcançar as seguintes metas: dotar as colônias agrícolas de apoio viário, prestar assistência técnica e social efetiva, garantir a aplicação da política de preços mínimos, estimular o associativismo, estimular a inserção de novas opções econômicas de produção, orientar a formação de currículos escolares voltados para os líderes rurais visando a fixação dos jovens, promover a regularização fundiária das propriedades envolvidas no projeto, prestar assistência médica/odontológica (COSTA, 1993)

Os Núcleos de Apoio Rural Integrado foi uma política pública do governo Mesquita elaborada com um grande intuito de fortalecer a atividade agrícola no Estado, criando condições de fixação e permanência da população rural e a tentativa de regularizar as terras ocupadas pelos trabalhadores rurais, e com isso atenuar os conflitos sociais.

A assistência à saúde e educação disponibilizados tanto nos seringais nativos e de cultivo através do PROBOR e Proborzinho, e às colônias agrícolas através dos NARI'S eram consideradas pelo governo fundamentais para que as famílias permanecessem nessas localidades, considerando que dentre os vários motivos de abandono de "suas terras", estavam

às questões relacionadas à falta de assistência à saúde e educação e a inviabilidade da produção.

No caso da saúde, devido à falta de assistência e a distância dos seringais e das colônias até a cidade, onde se encontravam os principais serviços médicos, quando alguém era acometido de alguma doença mais grave, tinha que se deslocar até o hospital mais próximo, algumas vezes não resistindo e morrendo no caminho, devido à distância. Além disso, ao ir para a cidade em busca de assistência médica geralmente boa parte da família acompanhava o doente, passando vários dias fora dos seringais e colônias, o que acabava comprometendo o processo produtivo. Com a instalação de assistência médica nessas localidades, ou mais próximos, passaram a evitar situações como essa, tendo em vista que através das ações de prevenção de doenças, o acometimento de enfermidades tornou-se menos comum e o agravamento destas diminuíram significativamente.

Quanto a assistência educacional nessas localidades também se tornou algo importante diante dos objetivos do governo, tendo em vista que a maioria dos trabalhadores rurais eram analfabetos ou semianalfabetos e seus filhos continuavam sem poder estudar por não haver escolas ou qualquer forma de ensino, o que se tornou uma cobrança constante das pessoas que lá viviam, ao mesmo tempo em que muitas famílias abandonavam constantemente suas moradias e se deslocaram para as cidades para que os filhos pudessem estudar. Então, além do

aparto técnico e financeiro, era importante existir o aparato social através desses serviços.

Outra ação do governo no sentido de amenizar os conflitos pela posse da terra, e os problemas fundiários no Acre, foi a criação dos projetos de colonização e projetos de assentamento, através da desapropriação de terras. O objetivo era assentar a população que havia saído ou sido expulsas dos seringais e estavam vivendo na cidade, em condições desfavoráveis. A intenção era promover a Reforma Agrária no Acre, mas nem tudo ocorreu como planejado.

O processo de desapropriação de terras era complexo e demorado, e na maioria das vezes dificultado por insuficiência dos órgãos responsáveis por tal processo, como o Inbra. O que terminou acontecendo foi a “invasão” e depois regularização destas terras em processo de desapropriação, que se transformaram em projeto de assentamentos, como o Projeto de Assentamento Padre Peixoto, criado em 1978, que abrangia os municípios de Rio Branco, Senador Guimard, Plácido de Castro e Acrelândia, com uma área de 317.588 hectaresⁱⁱⁱ.

Nesses projetos de Assentamento, passaram a ser assentados, não somente os posseiros desapropriados do Estado, mas também trabalhadores rurais que vieram de outros estados como o Paraná, por exemplo. No início houve um acompanhamento dessas famílias assentadas, mais com um tempo isso foi fugindo do controle do Estado, principalmente nos governos posteriores, além disso, não

bastava ter a terra era necessário possuir condições de trabalhá-la o que nem sempre era possível. Nesse sentido, os projetos de assentamento representaram muito mais uma medida paliativa do que mudanças estruturais nas questões de uso e posse da terra no Acre.

Os projetos de assentamento faziam parte de um plano maior do governo Mesquita, que seria a Reforma Agrária, mas as dificuldades relacionadas as questões de regularização das terras, como a emissão de titulação por mais de uma unidade administrativa, a indefinição do tamanho real das terras a serem regularizadas, a duplicidade de titulação, o direito de uso e posse garantido pela lei em contraponto ao direito garantido pela posse de documento legal, entre outros problemas, além da falta de apoio do governo federal, impossibilitaram a execução da Reforma Agrária.

CONCLUSÃO

Todas essas ações desenvolvidas no setor produtivo estavam voltadas para o desenvolvimento econômico do Estado, tanto o governo Dantas como o governo Mesquita tinham esse mesmo objetivo. Diferenciaram-se basicamente quando Dantas opta pela introdução da pecuária e Mesquita pelo fortalecimento do extrativismo e agricultura.

Dantas ao escolher a pecuária para ser a principal fonte de recursos, acreditava que através de sua efetivação o Estado romperia com as estruturas econômicas e políticas,

considerados por ele arcaicas, além de promover o desenvolvimento e modernização do Estado, mas o que resultou desse processo foi uma série de problemas sociais.

Mesquita, contrapondo-se a Dantas procura atenuar as tensões sociais oriundas na sua maioria do processo de introdução da pecuária, através de ações voltadas para “combater” o avanço da pecuária e suas consequências, e a partir do fortalecimento da agricultura e extrativismo, atividades econômicas que já eram praticadas há algum tempo no Estado, reativando também o conservadorismo político, combatido por Dantas.

A definição destas políticas de desenvolvimento econômico pelos governos Dantas e Mesquita, estavam concretamente ligadas ao uso e posse da terra, considerando que eram atividades produtivas, que dependiam diretamente da terra para serem executadas.

Durante o governo Dantas com a introdução da pecuária, as terras acreanas que estavam desvalorizadas em virtude da crise da borracha, foram vendidas a preços mínimos, na sua maioria, para fazendeiros, grandes empresas e latifundiários de outras regiões do país, tornando-se ao contrário do que objetivava o governo, apenas um reserva de valor para quem as adquirissem, não se efetivando uma atividade produtiva que pudesse alavancar a economia do Estado. Em algumas áreas houve a introdução da pecuária, mas o que prevaleceu foi a especulação fundiária. Então o que caracteriza o governo Dantas, em relação ao uso e ocupação da terra e

a transferência das terras acreanas para empresários do centro-sul, tendo em vista que seu entendimento era modernizar as bases produtivas do Estado a partir da introdução de uma nova atividade econômica.

Mesquita, ao contrário de Dantas, ao propor o fortalecimento do extrativismo e da agricultura, pretendia “devolver” (estabelecer a posse) a terra aos trabalhadores rurais que haviam sido expropriados, por ocasião da venda das terras acreanas. O extrativismo e a agricultura eram atividades produtivas que o Estado já havia experimentado, mas que não acompanharam as mudanças ocorridas no restante do país, tornando-se insuficientes para atender a nova configuração econômica. Ao propor o desenvolvimento destas atividades Mesquita acreditava que o Estado teria uma nova chance de crescer economicamente sem prejudicar os valores culturais de “seu povo”, ao mesmo tempo em que diminuiria as tensões e problemas sociais resultantes das políticas de seu antecessor, considerando que com o estabelecimento de uma agricultura de base familiar poderia proporcionar o acesso à terra de milhares de famílias que haviam sido expropriadas.

Portanto, em relação as políticas direcionadas para o uso e posse da terra, o governo Dantas se caracteriza por facilitar o acesso à terra a empresários capitalistas e Mesquita por proporcionar o acesso à terra aos seringueiros, posseiros e trabalhadores rurais.

Compreendemos que tanto Dantas como Mesquita buscaram desenvolver o Estado do Acre a partir do investimento no setor produtivo. Mas Dantas via na pecuária o grande salto para alavancar a economia e o desenvolvimento do Estado, já Mesquita negava tal entendimento e combatia tal medida, acreditando ser a atividade agrícola e extrativa que promoveriam o desenvolvimento.

As ações tanto do governo Dantas como do governo Mesquita foram financiadas na sua maioria pelo governo federal ou por agentes econômicos diretamente ligados a ele, e procuravam atender aos objetivos do governo militar para a Amazônia que eram “ocupar os espaços vazios” e desenvolvê-la para manter a segurança nacional em vistas da ameaça comunista.

Dantas se caracteriza por ter sido um governo que deu atenção especial aos aspectos urbanísticos e estruturais do Estado, destacando-se por trazer inovações nos sistemas de transporte, comunicação e no setor produzido, através da introdução da pecuária, grande marco de seu governo, que vem para romper com a antiga estrutura econômico-social, herança da atividade extrativa, que por muitos anos, norteou os caminhos do Estado. Considerado um governo modernista, por seus ideais desenvolvimentistas, compreendia que a pecuária seria a atividade econômica que iria tirar o Acre da forte crise em que se encontrava, promovendo seu efetivo desenvolvimento.

Mesquita, se caracteriza por eleger a zona rural como principal receptora de suas políticas. Nesse sentido, contrapondo-se aos ideais de Dantas irá combater a introdução da pecuária e incentivar a produção agrícola e a reativação do extrativismo da borracha. Destaca-se ainda por dar maior ênfase aos problemas sociais da população considerada de baixa renda, sobretudo, a população rural, que com a crise da produção extrativa e inserção da pecuária ficou relegada à própria sorte. Dentre as principais ações de seu governo destacam-se a definição de políticas, criação de órgãos de fomento e assistência técnica destinadas a desenvolver a atividade agrícola, considerada na compreensão de Mesquita, o grande gargalo para o desenvolvimento do Estado.

A principal diferença evidenciada entre os dois governos foi que Dantas vislumbrava na pecuária a melhor forma para se chegar ao objetivo de desenvolver o Estado e Mesquita entendia que seria através da agricultura e do extrativismo que se chegaria ao tão buscado desenvolvimento.

Nesse sentido, podemos assinalar que as antinomias entre os dois governos se apresentaram a partir dos arranjos da política do governo militar para a Amazônia e para o Acre e se configuram em três aspectos importantes.

Primeiramente, o modelo governamental planejado entre 1971 e 1979 representou uma unidade no que se refere a estrutura política-administrativa, que era o governo militar. Dantas promove mais diretamente os objetivos deste

modelo de governo e Mesquita também procura atendê-lo, com um pequeno diferencial, evidenciado pelo rearranjo de algumas políticas em benefício não somente do capital, como Dantas, mas também da população em geral.

As antinomias entre os governos se evidenciam numa ambígua continuidade da devassa da terra da Amazônia Sul-Occidental, e ainda como responsável por um processo modernizador do estado a partir do modelo agropecuário vencedor, considerando que há uma continuidade das políticas desenvolvimentistas da Ditadura Militar nos dois governos, ao mesmo tempo em que apresentam contradições nas ações destinadas ao uso e posse da terra.

Percebeu-se também, que em ambos os governos, o projeto econômico definido não representou uma modernização e desenvolvimento para o Estado do Acre, mas, um contexto de disputas políticas do capital sobre o trabalho, denunciado na luta pela terra durante as décadas desse período.

REFERÊNCIAS

BECKER, Berta. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

BOLETIM NÓS IRMÃOS. **Mil famílias sem-terra em Rio Branco**. Ano II, nº 4, abril de 1974. Museu Universitário da UFAC, Rio Branco-Acre.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção.** Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **O processo de ocupação recente das terras do Acre.** Dissertação de Mestrado. Belém-Pará: UFPA, 1983.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental.** João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

COSTA, Carlos Alberto Franco da. **Conflitos sociais no campo e os núcleos de apoio rural integrado – NARI'S.** Rio Branco: UFAC. Monografia (Graduação em Economia), Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre, 1993.

DANTAS, Juliana de Souza. **Estado de Sociedade Civil no Acre: (1970 – 1980).** Natal: UFRN/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), 2008.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri.** Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

GOVERNO DO ACRE. **Novos caminhos para o Acre.** (Mensagem ao Legislativo – Administração Wanderley Dantas). 1º de março de 1975. Museu Universitário da UFAC, Rio Branco-Acre.

NASCIMENTO, Francisco José. **A Reforma Agrária: Incra – 20 anos de atuação na**

Amazônia Ocidental (1974-1994). Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Acre (UFAC), 1995.

RIBEIRO, Afonso Soares; VIEIRA, Maria Lucia Bandeira; KAGY, Simone Helena Brana. **O Governo Geraldo Mesquita e os conflitos pela posse da terra no Acre.** Rio Branco – AC: UFAC, 1993. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Acre (UFAC), Departamento de História, 1993.

SANT'ANA, Marcílio Ribeiro. **Os “Imperadores do Acre”:** uma análise da recente expansão capitalista na Amazônia. Brasília: UNB, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 1988.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra.** Belo Horizonte: UFMG, 1982.

SOUZA, José Dourado de. **Entre lutas, porongas e letras: a escola vai ao seringal – (re) colocações do Projeto seringueiro (Xapuri/ Acre – 1981/1990).** Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2011. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011

TELEGRAMA SUDHEVEA. Liberação de recursos para reativação da produção extrativista. Rio Branco-Acre, 1978.

NOTAS

¹ Possui graduação em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre (2011). Elaborou sua monografia de conclusão de curso, intitulada "Lembranças

de Jovens: o grupo Juventude em Ação Comunitária (JAC) e suas práticas religiosas, políticas, culturais e recreativas. É Mestre em Desenvolvimento Regional, tendo desenvolvido sua dissertação de mestrado intitulada "Governos Wanderley Dantas e Geraldo Mesquita: antinomias de um mesmo projeto (2015). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (2016), atuou no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da área de História da UFAC (Pibid História UFAC) como bolsista de iniciação à docência. Atuou como professora substituta da área de História na Universidade Federal do Acre entre os anos de 2016 - 2017. Foi Supervisora do Pibid História UFAC, (de Abril de 2017 a Abril de 2018). Professora do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, desde 2017. Atualmente lotada no Instituto de Educação Lourenço Filho. cursando o Mestrado Profissional do Ensino de História - ProfHistória (UFAC), onde desenvolve o projeto de Pesquisa intitulado: GÊNERO E ENSINO DE HISTÓRIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE RIO BRANCO-ACRE. Membro do Grupo de Pesquisa - Centro Interdisciplinar de Estudos do Imaginário - UNIR.

ⁱⁱ Antinomia - contradição entre duas leis e princípios, oposição recíproca, conflito entre duas asserções demonstradas ou refutadas, aparentemente com igual rigor. Aqui entendida como semelhanças e contradições entre governos pertencentes a um mesmo projeto político.

ⁱⁱⁱ PERES; GONZAGA e HAVERROT, 2013. **Os caminhos para o desenvolvimento local da Agricultura Familiar no Acre: estudo comparativo das interações sociais de duas comunidades do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto – PAD Peixoto.**

Recebido em: 23/11/2020.

Aprovado em: 29/12/2020.

Publicado em: 31/01/2021.